

**CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA) NO  
CONTEXTO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**KNOWING ABOUT AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN THE CONTEXT  
OF INCLUSIVE EDUCATION**

**CONOCER SOBRE EL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN EL  
CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-105>

**Data de submissão:** 11/10/2025

**Data de publicação:** 11/11/2025

**Natacha Paola Crusco**

Graduada em Direito

Instituição: Instituição Toledo de Ensino

E-mail: natachacrusco@icloud.com

**RESUMO**

O presente estudo tem por finalidade conhecer o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), no contexto de uma educação inclusiva, analisando seu conceito, características, diagnóstico e a importância desse conhecimento por parte dos professores e profissionais da educação, para intervenções mais assertivas. A verdadeira inclusão pauta-se na garantia da igualdade de direitos e oportunidades a todos. Dessa forma, os alunos público alvo da educação especial, devem ter intervenções educativas condizentes com suas necessidades, sendo importante a busca por estratégias que promovam o real atendimento das especificidades desse alunado, buscando-se assim situações qualitativas ao processo de ensino e de aprendizagem. É importante que professores e profissionais da educação investiguem, pesquisem e conheçam temas relacionados a educação especial e inclusiva, pois quase todas as salas de aulas nos dias atuais se deparam com alunos diagnosticados com algum tipo de deficiência, síndrome ou transtorno. Muitos profissionais da educação apresentam ainda desconhecimento, despreparo e insegurança sobre a temática. O conhecimento é a ferramenta educativa mais efetiva quando se trata de inclusão. Para tanto, este trabalho propõe-se a entender de forma investigativa o Transtorno do Espectro do Autismo. A metodologia utilizada nesta investigação pautou-se na realização de uma revisão literária com autores que abordam o tema com propriedade.

**Palavras-chave:** Autismo. Educação Inclusiva. Conhecimento.

**ABSTRACT**

This study aims to understand the Autism Spectrum Disorder (ASD), in the context of an inclusive education, analyzing its concept, characteristics, diagnosis and the importance of this knowledge on the part of teachers and education professionals, for more assertive interventions. True inclusion is based on guaranteeing equal rights and opportunities for all. Thus, the target public students of special education must have educational interventions consistent with their needs, it is important to search for strategies that promote the real attendance of the specificities of these students, thus seeking qualitative situations in the teaching and learning process. It is important for teachers and education professionals to investigate, research and learn about topics related to special and inclusive education, as almost all classrooms today are faced with students diagnosed with some type of disability, syndrome or disorder. Many education professionals are still unaware, unprepared and insecure about the subject. Knowledge is the most effective educational tool when it comes to inclusion. Therefore,

this work proposes an investigative understanding of the Autism Spectrum Disorder. The methodology used in this investigation was based on carrying out a literary review with authors who properly address the topic.

**Keywords:** Autism. Inclusive Education. Knowledge.

## **RESUMEN**

El propósito de este estudio es comprender el Trastorno del Espectro Autista (TEA), en el contexto de la educación inclusiva, analizando su concepto, características, diagnóstico y la importancia de este conocimiento por parte de docentes y profesionales de la educación, para intervenciones más asertivas. La verdadera inclusión se basa en garantizar la igualdad de derechos y oportunidades para todos. De esta manera, los estudiantes destinatarios de educación especial deben contar con intervenciones educativas acordes a sus necesidades, siendo importante buscar estrategias que promuevan el cumplimiento real de las especificidades de estos estudiantes, buscando así situaciones cualitativas en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Es importante que docentes y profesionales de la educación investiguen, investiguen y aprendan sobre temas relacionados con la educación especial e inclusiva, ya que casi todas las aulas hoy se enfrentan a estudiantes diagnosticados con algún tipo de discapacidad, síndrome o trastorno. Muchos profesionales de la educación aún carecen de conocimientos, falta de preparación e inseguridad sobre el tema. El conocimiento es la herramienta educativa más eficaz cuando se trata de inclusión. Para ello, este trabajo pretende comprender el Trastorno del Espectro Autista de forma investigativa. La metodología utilizada en esta investigación se basó en la realización de una revisión literaria con autores que abordan adecuadamente el tema.

**Palabras clave:** Autismo. Educación Inclusiva. Conocimiento.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva-se a conhecer o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), no contexto de uma escola inclusiva, buscando entender seu conceito, suas características, como se dá seu diagnóstico, bem como, delinear a importância desse conhecimento por parte dos professores e profissionais da educação, em busca de uma prática que melhor atenda este alunado.

Uma inclusão verdadeiramente efetiva, pauta-se na garantia da igualdade de direitos e oportunidades a todos. Dessa forma, os alunos público alvo da educação especial, devem ter intervenções educativas condizentes com suas necessidades, sendo importante a busca por estratégias que promovam o real atendimento das especificidades desse alunado, buscando-se assim situações qualitativas ao processo de ensino e de aprendizagem.

Segundo Aranha (2001):

A ideia de inclusão fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2001, p.35)

Para que haja garantia desses direitos, igualdades e oportunidades é importante que se tenha conhecimento sobre os mesmos. A falta de conhecimento por parte dos diversos profissionais como: professores da sala regular, professores de educação especial ou profissionais da educação, acaba por gerar insegurança, despreparo, resistência e por vezes abandono desse alunado no contexto escolar, devido à falta de conhecimento, por não saber como lidar, como agir ou intervir nas situações inclusivas. Desta forma, torna-se imprescindível a busca de capacitações e informações, por meio de estudo e pesquisa acerca do assunto em questão.

É importante que os professores tenham consciência de seu papel frente à inclusão, sabendo-se que a reflexão sobre a prática educativa deve ser constante, bem como, a atualização teórica que embasam o trabalho pedagógico. Somente assim, as capacidades e os aspectos positivos desse alunado serão ressaltados e seu currículo organizado de forma que atenda e valorize o desenvolvimento de suas próprias habilidades e potenciais.

O conhecimento capacita e orienta a realização de um planejamento condizente com as necessidades vigentes do educando. Conforme pontuado por Nascimento e Raffa (2009), a inclusão escolar deve prever a adaptação de recursos materiais, curriculares, espaciais e tudo o que for necessário para que o aluno se sinta acolhido e respeitado, da forma que é; sem precisar seguir um padrão de “perfeição”.

Este estudo se dará por meio do desenvolvimento de uma revisão bibliográfica, que segundo Gil (2002) é uma revisão da literatura sobre as principais teorias e produções que norteiam o assunto abordado, sendo ela realizada por livros, periódicos, artigos, sites, dentre outras fontes. [...] “obras de divulgação, isto é, as que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos.” (GIL, 2002, p. 44).

O autor coloca também que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2002, p. 3).

A presente pesquisa busca conhecer o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), no contexto de uma educação inclusiva, analisando seu conceito, características e diagnóstico, pontuando a importância do conhecimento e das capacitações para a melhoria das ações educativas voltadas para o aluno autista.

Os alunos público alvo da educação especial, devem ter intervenções educativas condizentes com suas necessidades, sendo importante a busca por estratégias que promovam o real atendimento das especificidades desse alunado.

É importante que professores e profissionais da educação investiguem, pesquisem e conheçam temas relacionados a educação especial e inclusiva, pois quase todas as salas de aulas nos dias atuais se deparam com alunos diagnosticados com algum tipo de deficiência, síndrome ou transtorno.

Muitos profissionais da educação apresentam ainda desconhecimento, despreparo e insegurança sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Sabendo-se que o conhecimento é a ferramenta educativa mais efetiva quando se trata de inclusão, este trabalho propõe-se a entender de forma investigativa este transtorno.

Quando não há conhecimento suficientemente ou familiaridade com certas situações educativas, é inevitável que aconteçam diversas formas de inseguranças, incertezas e medos. Nascimento e Raffa (2009), diz respeito ao receio do profissional da educação por não ter, por vezes, o conhecimento necessário para a adoção de intervenções qualitativas a alunos diagnosticados com alguma deficiência e/ou necessidade educacional especial.

Honora e Frizano (2009, p. 8) [...] “a inclusão nos traz outros sentimentos, como o receio do novo, da sensação de não estarmos preparados para receber os alunos com deficiência, de não sabermos o que deve ser feito” [...]. No entanto são as dificuldades que proporcionam avanços, crescimentos, mudança de paradigmas, desenvolvimento e melhorias, visto que a inclusão:

É um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade de educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiências possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MANTOAN, 2007, apud LIMA, 2016 p. 4).

As capacitações e a busca por conhecimento, geram oportunidades e possibilidades de uma educação mais assertiva e inclusiva na realidade vigente, pois quando se conhece o conceito, as características e formas de ações, atingir os objetivos de aprendizagem torna-se mais fácil.

A formação do profissional da Educação só se faz competente quando tal profissional encontra-se em ligação com reconhecimento da realidade que permite conhecer a si mesmo e ao outro, auxiliada de atividades que o ajude a aprender com suas próprias experiências e acima de tudo que o comprometa" (HERNÁNDEZ e SANCHO, 2006).

O professor e profissionais da educação devem estar em constante busca por conhecimento, pois os momentos e situações do cotidiano escolar mudam a passos rápidos, o que é hoje, pode não ser mais amanhã. Os problemas vão se colocando, os desafios vão aparecendo e devemos enfrentá-los e superá-los de forma cooperativa, investigativa e contínua. Sobre isso Alarcão (2001) faz uma alerta:

A complexidade dos problemas que hoje se colocam à escola não encontra soluções previamente talhadas e rotineiramente aplicadas. Exige, ao contrário, uma capacidade de leitura atentada dos acontecimentos e sua interpretação como meio de encontrar a solução estratégica mais adequada para elas. Esse processo, pela sua complexidade, exige cooperação, olhares multidimensionais e uma atitude de investigação na ação e pela ação. Por outro lado, exige do professor a consciência de que a sua formação nunca está terminada e das chefias e do governo, a assunção do princípio da formação continuada (ALARÇÃO, 2001, p. 24).

Para Carvalho (1998 apud FONSECA, 2014, p. 99) [...] urgente [...] é a capacitação de todos os educadores". É preciso também empenho do professor para trabalhar com a inclusão, buscando formas de superar os próprios limites como educador, bem como, empenhar-se na busca da elevação da qualidade do ensino e melhoria de sua prática.

Para Nascimento e Raffa (2009, p. 13) "a inclusão é quando nos adequamos para atender a criança com deficiência revendo práticas, conteúdos e material específico para que aquela criança efetivamente participe da aula dentro de suas limitações e potencialidades".

Dentro deste contexto, faz-se necessária a reflexão do professor frente à inclusão. Para Mantoan (2003, p. 97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

A inclusão promove, então, a interação e o respeito à diversidade que é tão relevante no momento atual para a construção de uma sociedade mais igualitária e humana. Dessa forma, é preciso considerar estratégias que estejam de acordo com as especificidades desses discentes, para que estes sintam-se mais acolhidos e respeitados. É no ambiente escolar que educadores e profissionais da educação podem transformar a educação, no convívio e no respeito às diferenças:

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! (MANTOAN, 2003 p. 48)

Visto a importância da busca de conhecimento por parte do professor, e da reflexão sobre a realidade educacional vigente, atual e inclusiva, bem como, seus desafios e benefícios, o que é o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) então?

Para Khoury (2014), Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é:

Um quadro clínico em que prevalecem prejuízos no desenvolvimento da interação social, da comunicação (verbal e não verbal) e de um repertório muito restrito de interesses, além de apresentar comportamentos estereotipados e dificuldade em compreender expressões faciais de sentimentos e afetos". (Khoury et al.,SP, 2014).

O Manual de Orientação do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento (2019, p. 01), diz que “o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do desenvolvimento neurológico caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos”.

Segundo Mello (2007, p. 16), Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

A autora ainda aponta que:

O autismo é considerado um distúrbio do comportamento que consiste em: Dificuldade de comunicação – fala, gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal. Dificuldade de sociabilização, relacionar-se com os outros, incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos, emoções e dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas. Dificuldade no uso da imaginação - pensamento, linguagem e comportamento da criança. Isto pode ser exemplificado por comportamentos obsessivos e ritualísticos, na compreensão literal da linguagem, na falta de aceitação das mudanças, na dificuldade em processos criativos e na exploração de objetos e brinquedos por muito tempo. Crianças com autismo e uma inteligência mais desenvolvida, apresentam fixação por determinados assuntos. (MELLO, 2007, p. 20 e 21)

Afirma também que muitas vezes a criança com autismo aparenta demonstrar afetividade, quando se aproxima das pessoas, mexe em seu cabelo, abraçando-as ou as beijas. No entanto a criança com autismo adota indiscriminadamente esta postura, pois não diferencia lugares, momentos ou pessoas. Sendo assim, a aproximação resulta de um padrão repetitivo, sem troca ou compartilhamento.

Neste contexto o autismo é caracterizado pelo autor Braunwald (1988, apud SOUZA e SANTOS, 2020, p. 4), como:

[...] incapacidade da criança em desenvolver interações sociais normais ou uma linguagem comunicativa; são igualmente típicas a extrema obsessividade, preocupação, perseverança, resistência a mudanças e as ações estereotipadas. [...] quando chega a desenvolver a linguagem, esta é caracterizada pela pobreza pragmática e semântica (SOUZA e SANTOS, 2020, p.4)

Para a DSM- 5, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento, geralmente se manifesta, antes da criança ingressar na escola, envolvendo déficits no desenvolvimento, que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência

Este mesmo manual ainda caracteriza o Transtorno do Espectro Autista como:

Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (DSM- 5, 2014, p. 75)

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), apresenta também o autismo em nível de gravidade, abordando as áreas de Interação/comunicação social e Comportamento restritivo / repetitivo, da seguinte maneira:

#### **Interação/comunicação social:**

- **Nível 1 (necessita suporte):** Prejuízo notado sem suporte; dificuldade em iniciar interações sociais, respostas atípicas ou não sucedidas para abertura social; interesse diminuído nas interações sociais; falência na conversação; tentativas de fazer amigos de forma estranha e malsucedida.

- **Nível 2 (necessita de suporte substancial):** Déficits marcados na conversação; prejuízos aparentes mesmo com suporte; iniciação limitadas nas interações sociais; resposta anormal/reduzida a aberturas sociais.
- **Nível 3 (necessita de suporte muito substancial):** Prejuízos graves no funcionamento; iniciação de interações sociais muito limitadas; resposta mínima a aberturas sociais.

#### **Comportamento restritivo / repetitivo:**

- **Nível 1 (necessita suporte):** Comportamento interfere significantemente com a função; dificuldade para trocar de atividades; independência limitada por problemas com organização e planejamento.
- **Nível 2 (necessita de suporte substancial):** Comportamentos suficientemente frequentes, sendo óbvios para observadores casuais; comportamento interfere com função numa grande variedade de ambientes; aflição e/ou dificuldade para mudar o foco ou ação.
- **Nível 3 (necessita de suporte muito substancial):** Comportamento interfere marcadamente com função em todas as esferas; dificuldade extrema de lidar com mudanças; grande aflição/dificuldade de mudar o foco ou ação.

O Manual de Orientação do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento (2019), destaca que:

O TEA tem origem nos primeiros anos de vida, mas sua trajetória inicial não é uniforme. Em algumas crianças, os sintomas são aparentes logo após o nascimento. Na maioria dos casos, no entanto, os sintomas do TEA só são consistentemente identificados entre os 12 e 24 meses de idade (2019, p. 1-2).

Mello (2007 p. 22), diz que o diagnóstico do autismo é feito basicamente através da avaliação do quadro clínico. Não existem testes laboratoriais específicos para a detecção do autismo.

Esse transtorno é diagnosticado por uma equipe multidisciplinar, implicando em uma participação ativa de todos os envolvidos na ação educativa direta com a criança, objetivando verificar possíveis características do Transtorno do Espectro autista.

Deve tomar muito cuidado com as características desse transtorno, para que se faça avaliações clínicas o quanto antes, pois de acordo com Manual de Orientação do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento (2019):

O diagnóstico tardio e a consequente intervenção atrasada em crianças com TEA causam prejuízos no seu desenvolvimento global. Este aspecto tardio de diagnóstico tem sido associado diretamente com baixa renda familiar, etnia, pouco estímulo, pouca observação sobre o desenvolvimento das crianças por parte dos pais, profissionais da saúde, educadores e cuidadores e formas clínicas menos graves de apresentação dos sintomas (2019, p.4)

Alguns critérios para diagnósticos segundo a DSM-5 (2014, p. 84), consistem em déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos; Déficits na reciprocidade socioemocional, dificuldade para estabelecer uma conversa normal, interesses, emoções, afeto, bem como, dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais; Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso de gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares.

Os movimentos motores estereotipados ou repetitivos, como, alinhar brinquedos ou girar objetos, insistência nas mesmas coisas com hiperfoco, rotinas ritualísticas, indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, são também critérios para diagnóstico.

Esses critérios devem seguir padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, em mais de dois comportamentos citados.

Os indivíduos com transtorno do espectro autista frequentemente apresentam deficiência intelectual, pois:

É comum entre pessoas com transtorno do espectro autista. Sua investigação pode ser complicada por déficits sociocomunicacionais e comportamentais, inerentes ao transtorno do espectro autista, que podem interferir na compreensão e no engajamento nos procedimentos dos testes. Uma investigação adequada da função intelectual no transtorno do espectro autista é fundamental, com reavaliação ao longo do período do desenvolvimento, uma vez que escores do QI no transtorno do espectro autista podem ser instáveis, particularmente na primeira infância. (DSM-5, 2014, p. 84)

No entanto no caso do transtorno de Asperger, ( Transtorno do Espectro Autista) pode não estar associado ao comprometimento linguístico ou intelectual, como cita este mesmo documento:

No diagnóstico do transtorno do espectro autista, as características clínicas individuais são registradas por meio do uso de especificadores (com ou sem comprometimento intelectual concomitante; com ou sem comprometimento da linguagem concomitante; associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental), bem como especificadores que descrevem os sintomas autistas (idade da primeira preocupação; com ou sem perda de habilidades estabelecidas; gravidade). Tais especificadores oportunizam aos clínicos a individualização do diagnóstico e a comunicação de uma descrição clínica mais rica dos indivíduos afetados. Por exemplo, muitos indivíduos anteriormente diagnosticados com transtorno de Asperger atualmente receberiam um diagnóstico de transtorno do espectro autista sem comprometimento linguístico ou intelectual. (DSM-5, 2014, p. 76)

O professor e profissionais envolvidos com a educação, devem ficar atentos quando se observa regressão da linguagem em crianças com menos de 3 anos, fazendo-se necessária uma avaliação diagnóstica, pois: de acordo com o

Perda da fala e da linguagem em criança com menos de 3 anos de idade pode sinalizar transtorno do espectro autista (com regressão do desenvolvimento) [...]. O transtorno da linguagem está fortemente associado a outros transtornos do neurodesenvolvimento em termos de transtorno específico da aprendizagem [...] transtorno do espectro autista [...] (DSM-5, 2014, p. 87):

O diagnóstico é clínico, porém existem alguns instrumentos que são utilizados para rastrear e auxiliar no fechamento do quadro clínico e detecção do autismo, contribuindo assim para um diagnóstico precoce e intervenções adequadas. Estes instrumentos são escalas de avaliação relacionadas ao Espectro do Autismo. E são utilizados a partir da observação do comportamento da criança. Alguns deles são: CARS, ESAT, Escala M-CHAT e ADOS.

De acordo com a Associação dos Amigos dos Autistas, (AMA), Escala CARS é a sigla para Childhood Autism Rating Scale ou Escala de Avaliação do Autismo na Infância. É uma escala que apresenta 15 itens de identificação de crianças com autismo, também faz distinção entre o autismo e outros atrasos no desenvolvimento

O ESAT é um questionário indicado para crianças de 12 a 24 meses. Segundo Lampreia (2013), ele é um instrumento eficaz na diferenciação de crianças com desenvolvimento típico e atípico.

Já a M-CHAT, segundo (Robins et al., 2001, apud AMA), é uma escala de rastreamento que pode ser utilizada em todas as crianças durante visitas pediátricas, com objetivo de identificar traços de autismo em crianças com idade precoce.

A M-CHAT é extremamente simples e não precisa ser administrada por médicos. A resposta aos itens da escala leva em conta as observações dos pais com relação ao comportamento da criança, dura apenas alguns minutos para ser preenchida, não depende de agendamento prévio, é de baixo custo e não causa desconforto aos pacientes (Robins et al., 2001, apud AMA).

A ADOS ou Autism Diagnostic Observation Schedule-Generic (ADOS-G) ou Programa de Observação Diagnóstica do Autismo – Versão Genérica. É uma avaliação semiestruturada da interação social, da comunicação, do brincar e do uso imaginativo de materiais para indivíduos suspeitos de terem algum transtorno do espectro do autismo (TEA) e é destinada a fornecer contextos normais para a observação do comportamento, de uma faixa mais ampla de desenvolvimento e idade, em indivíduos suspeitos de ter autismo. A programação é composta por quatro módulos. Cada um é adequado para crianças e adultos em diferentes níveis de desenvolvimento e de linguagem, variando da ausência de utilização expressiva ou receptiva de palavras à fluência e linguagem complexa em um adulto

Os instrumentos de rastreio são úteis para avaliar pessoas que estão aparentemente bem, mas que apresentam alguma doença ou fator de risco para doença, diferentemente daquelas que não apresentam sintomas (Gerg et al., 2005, apud AMA).

Como já discutido, é imprescindível que professores e profissionais da educação, conheçam o alunado com o qual se trabalha. Conheça também, suas especificidades, necessidades e formas como este alunado enxerga o mundo. Dessa forma, é importante que se considere, a maneira como cada educando se desenvolve. Quanto a isso Fonseca (2014, p. 82), coloca que, “é necessário basear-se na forma de compreensão das pessoas com autismo que é totalmente diferente da nossa”.

Uma vez diagnosticado com transtorno de Espectro Autista, o papel do professor e profissionais da educação é proporcionar ações e intervenções que venham de encontro com suas necessidades, com seu nível de compreensão do mundo. Os profissionais que atuarão direta ou indiretamente com o aluno devem ter conhecimento, saber com o que estão lidando e quais as melhores formas de atuação para o progresso do aluno autista, desenvolvendo assim suas potencialidades. O professor deve também acreditar no seu trabalho e na potencialidade do seu aluno. Isso fará toda a diferença.

De acordo com Cunha (2014), os profissionais que trabalham direta ou indiretamente com o aluno autista deve:

Penetrar no mundo do autista; concentrar-se no contato visual; trazer sempre o olhar do autista para as atividades que ele está fazendo. Entreter-se com as brincadeiras do autista; procurar sempre enriquecer a comunicação. Mostrar a cada palavra uma ação e a cada ação uma palavra; tornar hábitos cotidianos agradáveis; fazer tudo com serenidade, mas com voz clara e firme (CUNHA, 2014, p. 85).

Além das ações dos profissionais envolvidos no processo pedagógico, a escola enquanto instituição também tem seu papel, pois conforme Serra (2000, apud ARILO, MONTE e COSTA, 2010) ela deve:

Conhecer as características da criança e prover as **acomodações físicas e curriculares necessárias**; O treinamento dos profissionais deve ser constante; Devem-se buscar consultores para avaliar precisamente as crianças; A escola deverá preparar-se, bem como os seus programas, para atender a diferentes perfis, visto que os autistas podem possuir diferentes estilos e potencialidades; É preciso analisar o ambiente e evitar situações que tenham impacto sobre os alunos; A escola deverá prover todo o suporte físico e acadêmico para garantir a aprendizagem dos alunos incluídos. (SERRA, 2000, apud ARILLO, MONTE e COSTA 2010, p.7) (grifo meu)

Para a efetivação de uma verdadeira inclusão, todo aluno deve ser respeitado em suas diferenças e necessidades. A aceitação da criança na sala de aula e na instituição, não efetiva uma escola inclusiva, pois, sem mudança na prática educativa o espaço físico escolar e as adaptações prediais e curriculares, não cumprirão seu papel inclusivo. Faz-se necessário transformações e ações modificadas para benefício e atendimento das necessidades e particularidades do aluno autista.

Diante deste fato, Aiello (2002) coloca que todos os profissionais devem estar informados e familiarizados com indicadores do TEA, possibilitando o diagnóstico precoce e a intervenção adequada.

Capellini (2008), acrescenta que “na escola, precisam ser envolvidos todos os funcionários, desde a direção até as pessoas que trabalham na limpeza. (...). É preciso ter claro que colaboração é diferente de ter pena de alguém. Envolve estabelecer condições para que o outro cresça e sinta-se capaz. ( p.17).

Além do conhecimento e capacitações é importante também que os professores e profissionais envolvidos na ação pedagógica busquem parcerias entre si, por meio de um ensino colaborativo, postulado por Capellini (2008) como uma estratégia didática inclusiva onde:

[...] o professor da classe comum e o professor, ou especialista planeja de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores. Nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma coativa e coordenada, ou seja, em um grupo sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos. Ambos compartilham a responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula (CAPELLINI, 2008, p.10).

As estratégias pensadas de forma colaborativa, possibilita caminhos mais assertivos às particularidades de cada discente e às necessidades (limitações e potencialidades) que cada deficiência/necessidade educacional especial impõe.

Um ensino colaborativo torna-se então um forte aliado na busca de uma escola inclusiva, visto que quanto mais pessoas pensando e no planejamento de estratégias do ensino colaborativo, de forma que o professor de sala ganhe maior segurança para a promoção de estratégias adequadas, a partir do

diálogo com profissionais de equipe multidisciplinar e, principalmente, com o professor da sala de recursos.

Vejamos agora o que é o ensino colaborativo, segundo Capellini (2008)

É uma estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor, ou especialista planeja de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores. Nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma colaborativa e coordenada, [...] em cenários inclusivos. Ambos compartilham a responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula (CAPELLINI, 2008, p.10).

Quando se tem conhecimento acerca de um assunto abordado, situação ou condição educativa, a escolha correta das estratégias pedagógicas pode fazer toda a diferença, sendo essencial ao sucesso da aprendizagem, conforme aponta Villaronga e Mendes (2014):

Para uma educação que atenda às demandas de todos os alunos, é necessário pensar em estratégias que busquem o sucesso na aprendizagem, entre elas o modelo de ensino colaborativo, quando o professor da sala comum trabalha em colaboração com o docente de educação especial. (VILLARONGA e MENDES,2014, p.139)

Dessa forma, as demandas educacionais inclusivas pautam-se em estratégias específicas para atender as particularidades de cada educando, sendo importante que estas estratégias partam do conhecimento da situação vigente e de um princípio colaborativo.

Nesse sentido, o trabalho colaborativo e o conhecimento são armas educativas poderosas, pois prepara, transforma, reflete, flexibiliza, atualiza, traz segurança formas mais assertivas de lidar o trabalho inclusivo, constituindo caminho à verdadeira inclusão e à garantia da igualdade de direitos e oportunidades aos alunos com Transtorno do Espectro Autista esses discentes.

O desenvolvimento desta pesquisa literária oportunizou a reflexão sobre a educação inclusiva, bem como, a aquisição de conhecimento sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). As reflexões e discussões sobre a temática proporcionou maior entendimento do conceito, das características e do diagnóstico deste Transtorno, assim como, a importância desses conhecimentos por parte dos professores e profissionais da educação.

O conhecimento traz liberdade e consciência à prática pedagógica, pois quando se sabe onde se quer chegar ou onde se é possível chegar, traçar o caminho fica mais fácil e assertivo. Desse modo, pensa-se melhor sobre o processo de ensino e aprendizagem do educando e suas especificidades e necessidades. O conhecimento então, resulta na ruptura de sentimento de insegurança, despreparo e medo, por parte dos educadores e profissionais da educação.

Foi possível compreender que a educação inclusiva proporciona a todos os discentes uma rica forma de interação social e construção ativa conhecimentos, proporciona também aos professores e profissionais da educação trocas permanentes de conhecimento e uma prática de ensino colaborativo. Sendo que, o ensino colaborativo enriquece as intervenções pedagógicas, tornando-as mais efetivas, auxiliando assim o aprendizado e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo.

Dessa forma, a partir do que fora exposto, conclui-se que, para garantir o direito de aprendizagem do aluno autista é imprescindível que todos os envolvidos na ação pedagógica direta e indiretamente, devem conhecer as características desse transtorno, visto que o aluno autista, assim como, todos os demais educandos, solicita do professor conhecimento, estudos, preparação adequada, criticidade, reflexão e transformação de sua prática, abrindo caminhos para a efetivação de uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vinicius. Associação dos amigos dos autistas (AMA). **Escalas**. Agosto – 2009. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/autismo/escalas/>. Acesso em 22.06.21.

ALARCÃO, I. (org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ARILÓ; Laís de Meneses Carvalho; Monte; Patricia M; Costa; Vera Lúcia C. **Estratégias educacionais inclusivas para crianças com autismo**. 2010. Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT\\_11\\_10\\_2010.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_10_2010.pdf)> Acesso em 19.06.2021.

CAPELLINI, Vera L.M.F. **Práticas educativas: ensino colaborativo**. 2008. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro9.pdf> Acesso em: 07.02.2021.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo**: a prática pedagógica intermediada na sala de aula. RJ: Wak Editora, 2014.

HERNÁNDEZ, F., SANCHO, J. M. **A Formação a partir da experiência vivida**. Pátio revista pedagógica, Porto Alegre, ano 10, nº 40, novembro 2006/ janeiro 2007.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary L.E. **Ciranda da Inclusão**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KHOURY, Laís P. et al. **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores**. [livro eletrônico]. -- São Paulo: Memnon, 2014.

LAMPREIA, C. **Autismo: manual ESAT e vídeo para rastreamento precoce**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2.ed. São Paulo: Moderna, 2003.

**Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª Edição (recurso eletrônico): DSM-5** American Psychiatric Association (APA). Editora Artmed, 2014.

**MANUAL DE ORIENTAÇÃO – Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento**, 2019. Disponível em: <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Ped.\\_Desenvolvimento\\_-\\_21775b-MO\\_-\\_Transtorno\\_do\\_Espectro\\_do\\_Autismo.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf)> Acesso em 20.06.2021.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. 7.ed .São Paulo: AMA ; Brasília: CORDE, 2007.

MUNIZ, Iana. **Neurociências e os exercícios mentais: estimulando a inteligência criativa.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

NASCIMENTO, Márcia M; RAFFA-ARUJA, Ivete. **Inclusão Social: primeiros passos.** São Paulo: Giracor, 2009.

SOUZA, Pedro M.L. SANTOS; Isabel M.S.C.S. **Caracterização da Síndrome Autista.** Disponível em : <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf> Acesso em 16.06.2021.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores.** *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* [online]. 2014, vol.95, n.239.